

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

«O mais terrível inimigo»: notas para uma história das políticas de fogos e florestas no Estado Novo

Frederico Ágoas
fagoas@fcsb.unl.pt
CICS.NOVA

Inês Gomes
igomes@fcsb.unl.pt
IHC FCSH NOVA / IN2PAST

José Miguel Ferreira
jose.mouraferrera1988@gmail.com
IHC FCSH NOVA / IN2PAST

Em 1938, a ditadura portuguesa do Estado Novo pôs em marcha um Plano de Povoamento Florestal que pretendia transformar profundamente a paisagem rural do país, como parte de uma visão corporativa sobre o futuro da nação. Este plano assentava num conjunto de discursos políticos, económicos, científicos e estéticos centrados na ideia de que Portugal devia tornar-se, uma vez mais, num “país florestal”. Sustentando que o território nacional fora, no passado, coberto por florestas, destruídas pelo descuido e ignorância das populações locais, o Plano de Povoamento Florestal propunha que mais de 400.000 hectares de terrenos baldios situados a norte do rio Tejo deveriam ser transformados em matas nacionais. Este processo, com repercussões evidentes ao nível da ecologia e da propriedade, seria um elemento crucial da expansão do poder do estado sobre o território nas décadas centrais do século XX.

O fogo é um tema estruturante, embora frequentemente esquecido, deste processo mais vasto. Recorrendo a discursos transnacionais sobre as paisagens “deterioradas” da bacia do Mediterrâneo, estadistas e silvicultores transformaram o fogo no “mais terrível inimigo” dos projetos de florestação, capaz de destruir “num instante” o que a natureza demorava séculos a criar. Como resultado, foram implementadas medidas cada vez mais restritivas aos usos locais do fogo, contribuindo para uma crescente exclusão das populações locais do que tinham sido anteriormente terrenos comunais. A nova floresta imaginada pelo Plano de Povoamento Florestal seria, neste sentido, uma floresta sem fogo.

Esta comunicação investiga as interligações entre as histórias paralelas dos planos estatais de florestação do território português e da exclusão do fogo da floresta, para analisar a emergência de um consenso político, legislativo e científico em torno do fogo como “inimigo” da floresta. O período em análise estende-se da década de 1930, com o Plano

Livro de Resumos e Notas Curriculares dos Autores

de Povoamento Florestal e os seus antecedentes, à década de 1970, quando o impacto de fogos florestais cada vez mais devastadores levou a um incipiente repensar do papel do fogo na gestão da florestal.

Palavras-chave: Fogo, floresta, política, ciência, Estado Novo